

ROBSON RENAULT GODINHO
Promotor de Justiça – RJ
Mestre em Direito Processual Civil – PUC/SP



A PROTEÇÃO PROCESSUAL DOS DIREITOS DOS IDOSOS

Ministério Público, Tutela de Direitos
Individuais e Coletivos e Acesso à Justiça

EDITORA LUMEN JURIS
Rio de Janeiro
2007

Sumário

Abreviaturas e siglas utilizadas	xiii
Apresentação	xv
Prefácio	xvii
Capítulo I – Introdução	1
Capítulo II – O reconhecimento dos direitos dos idosos	5
2.1. Generalidades	5
2.2. A idade como critério jurídico para a fixação de direitos	7
2.3. O conceito de idoso	10
2.4. Idoso e deficiência	11
2.5. Perfil dos idosos brasileiros	15
2.5.1. A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	15
2.5.2. Idoso e saúde	19
2.5.3. Violência contra o idoso	22
2.6. O reconhecimento dos direitos dos idosos	24
2.6.1. Transporte gratuito	26
2.6.2. Direito à saúde	34
2.6.3. O Código Civil e os direitos dos idosos	37
2.6.3.1. Alimentos	41
2.6.3.2. Regime matrimonial de separação obrigatória de bens	45
2.6.3.3. Escusa da tutela	49
2.6.3.4. Visitação e guarda	50
2.6.3.5. Reconhecimento da relação avoenga	51
Capítulo III – Tutela de Direitos, Tutela Diferenciada e Técnica Processual..	53
3.1. Generalidades	53
3.2. Tutela de Direitos e Processo	54
3.3. Tutela jurisdicional e tutela de direitos	56
3.4. Tutela jurisdicional diferenciada	59
3.4.1. Tutela diferenciada e Estatuto do Idoso	63
3.5. Técnica processual e tutela de direitos	65
Capítulo IV – O Ministério Público e a Tutela dos Direitos	69
4.1. Generalidades	69
4.2. Perfil constitucional do Ministério Público brasileiro	70
4.3. Ministério Público e acesso à justiça	76
4.4. A atuação extrajudicial do Ministério Público	77
4.4.1. O atendimento ao público	78
4.4.2. Recomendação	80

4.4.3. Inquérito Civil	81
4.4.4. Termo de Ajustamento de Conduta	85
4.4.5. Homologação de acordos.....	86
4.5. Atuação judicial do Ministério Público: órgão interveniente (<i>custos legis</i>) .	88
4.5.1. O Ministério Público como custos legis no Estatuto do Idoso.....	95
Capítulo V – O Ministério Público e a Tutela dos Direitos dos Idosos: a Tutela Jurisdicional Individual.....	101
5.1. Generalidades	101
5.2. Legitimidade para agir	103
5.3. Legitimação extraordinária e substituição processual: generalidades....	108
5.4. O Ministério Público como substituto processual no Estatuto do Idoso .	118
5.5. A legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ação de alimentos	132
5.6. Atribuição e competência.....	136
Capítulo VI – Ministério Público e a Tutela dos Direitos dos Idosos: a Tutela Jurisdicional Coletiva.....	143
6.1. Generalidades	143
6.2. A Tutela Jurisdicional Coletiva.....	145
6.3. O sistema processual coletivo.....	149
6.4. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	150
6.5. O Ministério Público e a defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	157
6.5.2. A legitimidade do Ministério Público nas ações coletivas.....	163
6.5.3. Panorama doutrinário.....	169
6.5.4. Panorama jurisprudencial	182
6.5.5. A defesa coletiva dos direitos dos idosos pelo Ministério Público..	191
6.5.6. A questão previdenciária	195
6.5.7. Entidades de atendimento	200
6.5.8. Relação de consumo.....	203
6.5.9. Outros Aspectos Processuais do Estatuto do Idoso.....	204
6.6. Atribuição e competência.....	206
6.7. O Ministério Público, a tutela coletiva de direitos e o acesso à justiça...	209
Capítulo VII – Considerações finais	213
Referências Bibliográficas	217